

Pero Vaz de Caminha e o não-trabalho dos indígenas

ALARCON AGRA DO Ó*

Resumo

O artigo esboça uma exploração da Carta de Pero Vaz de Caminha, em busca de seus registros e reflexões quanto às experiências de trabalho entre os ameríndios. O objetivo é o de problematizar um texto-chave para a memória histórica brasileira, em busca de convidar os contemporâneos a um estranhamento quanto a verdades há muito sedimentadas.

Palavras-chave: Ameríndios; Trabalho; Colonização.

Pero Vaz de Caminha and the non-work of indigenous people

Abstract

The article outlines an exploration of the Letter of Pero Vaz de Caminha, in search of his records and reflections on the experiences of work among the Amerindians. The objective is to problematize a key text for Brazilian historical memory, seeking to invite contemporaries to a strangeness regarding long-established truths.

Key words: Amerindians; Work; Colonization.



* ALARCON AGRA DO Ó é Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestre em Educação e Licenciado em História pela UFPB; Professor Titular junto à área de Teoria e Metodologia da História da Unidade Acadêmica de História da UFCG.

(...) mergulhar profundamente na terra para sermos capazes de
recriar mundos possíveis.

Ailton Krenak

Introdução

No início da Modernidade Ocidental, a conquista e a espoliação, pelos europeus, do que aprendemos a chamar de *América*, ou de *Novo Mundo*, foram atravessadas e definidas pelo maravilhamento e pela violência. Chegando às novas terras após viagens que, em geral, eram marcadas pelo medo, pela incerteza e pela expectativa, os colonizadores se espantavam com o que viam, quando desembarcavam em alguma praia.

O mundo que se descortinava para eles era, em quase todos os sentidos, profundamente diverso do que a Europa oferecia: céus abertos, matas sem fim, areias quase intocadas, plantas e animais desconhecidos, montanhas cobertas de verde, sons e silêncios nunca antes sentidos ou vívidos (THOMAS, 1988).

Encantados com belezas insuspeitadas e avassaladoras, e, certamente, assustados, os colonizadores, entretanto, não se quedaram paralisados. Ao contrário, eles se jogaram pelo que, para eles, eram as novas terras que o seu Deus lhe presenteava, em busca de belezas e, mais que isso, de riquezas. Quaisquer riquezas. Como sabemos, mesmo sendo herdeiros de tantas tradições que se referiam a lugares maravilhosos do mundo, cantigas e histórias que compunham o arquivo comum das pessoas na Idade Média que se encerrava, os colonizadores logo superaram o encantamento pelo desejo do entesouramento (MARX, 2023).

Ocorre que, pelo meio do caminho, ao menos duas outras populações atravessaram os caminhos dos brancos europeus. Ambas, entretanto, não entraram na cena como convidadas ou como parceiras, ainda que alguns dos brancos colonizadores tenham se manifestado em relação ao que lhes parecia bonito e até mesmo divino naquelas existências, que talvez fossem puras e intocadas pelo pecado original.

Outras forças, outros desejos e projetos se sobrepuseram, e as populações nativas, logo genericamente nomeadas como *os índios* ou *negros da terra*, foram objeto de violências sem conta. Um pouco mais à frente, os negros das costas da África, igualmente foram alvo de uma brutalização incessante e calculada. Eles foram reduzidos, na nascente erótica do capital que presidia as *grandes navegações*, a pura matéria prima para a maquinaria colonial, para a engrenagem progressivamente complexa que os europeus montaram nas suas novas possessões (sim, porque de tudo eles tomavam posse, em nome do seu rei e do seu deus), em busca da conversão de tudo quanto houvesse em mercadoria.

Uma das dimensões mais importantes de todas essas histórias, já tantas vezes contadas e recontadas, consiste justamente no fato de que as populações que tiveram a sua vida atravessada pela chegada dos colonizadores foram capturadas pela lógica do trabalho moderno. Em outras palavras, o seu tempo foi medido e esquadrihado a partir de uma racionalidade para a qual o que importava era apenas e tão somente o foco na transformação do real em capital.

Quem quer que fosse capturado pelo olhar (ou, para ser mais exato, pelas máquinas de guerra) dos brancos era, ato contínuo, transformado em uma peça a mais numa dinâmica produtiva monstruosa e sem piedade, cega e surda a qualquer lamento ou a qualquer ponderação. A ela só importava que todos se dedicassem, no limite de suas forças, ou mesmo até não poder mais, à produção de riquezas, as quais deveriam ser apropriadas pelo nascente capitalismo.

Estava em curso, naquele momento, o que hoje conseguimos entender ser a acelerada transformação de uma economia que já se praticava como sendo *de mercado*, na direção do que se nomearia de capitalismo. A vida (quase) toda seria, em breve, provocada a se submeter à lógica da mercadoria e do capital, com sensíveis prejuízos ao meio natural e aos povos que se integraram aos novos tempos como subalternizados (BOLTANSKI & CHIAPELLO).

A experiência do trabalho, entendida como a atividade que não se esgota em si mesma e que tem por finalidade a geração de uma riqueza a ser apropriada e apropriada por outra pessoa que não a que, efetivamente, executa o trabalho, passou a ser a alma da vida de todos. Resistir era, quase sempre, condenar-se à morte.

Para os colonizadores, imbuídos do *espírito do capitalismo* então em seus primeiros movimentos (no sentido de que dotados, desde ali, de maior intensidade), a natureza que se espalhava na presença dos seus sentidos era uma potência absoluta, a ser significada mediante a sua exploração, o que só poderia ocorrer através da ação regrada e cada vez mais disciplinada do trabalho humano. Do trabalho humano, importa destacar, que convertia o real em mercadoria e, assim, aos olhos

daqueles sujeitos históricos concretos, emprestava-lhe alguma densidade, algum valor efetivo.

Deu-se, então, um apagamento violento de tudo quanto pudesse ser compreendido como negação daquela lógica ou resistência à sua implementação, todos os corpos sendo convocados a uma integração compulsória nos circuitos de produção da mercadoria – o que jamais impediu, no entanto, incontáveis e variados gestos de recusa e de enfrentamento de tais violências. E de repressões crudelíssimas a todas as resistências.

Além disso, sendo homens *modernos*, os colonizadores não se contentavam em ocupar o mundo com seus barcos, sua fome de ouro e outras mercadorias valiosas, sua habilidade em converter o real em riqueza. Para eles era também necessário colonizar os papéis de que dispunham com registros, relatos, sonhos – e, graças a isso, produziram uma biblioteca variada, multiforme.

Havia, é claro, os registros contábeis, forma escrita da dinâmica colonial. Livros e papéis sem fim, cobertos por garranchos e mais garranchos que indicavam quanto era investido e quanto era ganho, numa dinâmica de transformação da vida real em signos dispersos sobre as folhas que guardavam os segredos dos senhores. Eram uma memória das conquistas e a base para o planejamento do que deveria ser feito em seguida, para que o capital aumentasse, para que mais do mundo se submetesse àquela lógica, para que o real cumprisse o seu papel de servir aos senhores e aos reis, ou melhor, aos seus tesouros.

Além disso, havia as crônicas, os diários, os poemas, os textos que traziam uma marca mais pessoal, signos de mutações nas sensibilidades naqueles

tempos de invenção do autocentrado sujeito moderno. Navegadores, exploradores, padres, muitos eram os que não se continham e largavam no papel imagens, recordações, espantos, lamúrias, sucessos...

Para eles, enfim, não lhes era suficiente viver no plano aquém das palavras; era cada vez mais fundamental viver o gesto de colonizar o pensamento alheio pelas maravilhas (ou pelas desditas) vividas em meio àquela nascente e vibrante empresa colonial, que estava fazendo nascer um novo mundo aos olhos de todos.

Uma questão a explorar

Tenho me dedicado a ler relatos dos colonizadores, em busca de suas inscrições quanto às experiências de trabalho nos mundos coloniais americanos, num esforço de problematização de uma das formas pelas quais se deu o (des)encontro entre colonizadores e povos colonizados.

O que é dito e silenciado, ali, sobre aquela experiência tão central para a vida dos europeus colonizadores? E como esse dizer/silenciar é organizado? Em que medida circulam, naqueles relatos, visões unilaterais do real observado, tornadas possíveis a partir de escalas unilaterais de valor? De que forma os relatos dão conta (ou não) de alguma circulação de saberes (entre povos ameríndios e os colonizadores) quanto ao que se pensava, ali, como trabalho? E o que sua leitura pode nos interessar e nos ensinar, ainda hoje?

Creio que isso me faz próximo de um esforço de entendimento de experiências *brasileiras* cuja condição de possibilidade mais íntima é o desejo de interpelar uma fala que é do outro e que, ao mesmo tempo, já se misturou com tantas outras, compondo-se desde aí um dispositivo memorial que fala do

passado e ilumina o presente. As fontes do estudo, assim, documentam encontros e desencontros e nos fazem, ainda hoje, pensar no que nos tornamos quando nos colocamos na presença de quem entendemos ser o diferente de nós mesmos. Há lições historiográficas, éticas e políticas circulando nos espaços dessa viagem que apenas na superfície pode ser imaginada como apenas *acadêmica*. (REVISTA USP, 1996)

Uma das condições de possibilidade do presente estudo está ligada ao desejo de experimentar possíveis referências para a problematização (historiográfica e cidadã) do contemporâneo. Em outras palavras, é meu interesse, e não de hoje, imaginar que certas formulações acerca do devir social podem, de alguma forma, servir de provocação para a crítica e/ou a proposição de agendas (públicas e/ou privadas) para o tempo presente.

O olhar por sobre experiências ameríndias, tornadas presentes a partir de interpelações outras dirigidas a elas, consiste em uma porta de entrada instigante e produtiva para a realização do que se indicou acima como um gesto analítico desejado. Encontrar aquele jogo desconstruído de espelhamentos, registrado nos textos de brancos que se espantaram com os ameríndios e desejaram, em grande medida, colonizar a sua vida, pode, quem sabe, ser vivido como uma prática reflexiva e vivencial que transforme (e, talvez, em algum sentido, *transtorne*) certos esquemas explicativos em circulação.

Fragmentos das trajetórias experienciais dos povos ameríndios podem nos ajudar a tomar distância de nós mesmos, num gesto de estranhamento que, acredito, pode vir a oxigenar o contemporâneo, sufocado pela brutalização da vida e pela precarização do existir humano.

Os modos pelos quais foi praticada a colonização do que, desde ali, passamos a entender como *o Brasil*, levaram a fraturas impossíveis de consolidar. A ideia, por exemplo de que poderíamos ter de forma tranquila, no nosso arquivo imagético e memorial, uma espécie de ancestralidade indígena é severamente prejudicada. Há massacres demais, violência demais, silenciamentos demais para que seja possível idealizar genealogias e tradições lineares ou pacificadas. O que ainda resta de indígena em nós, no Brasil dos começos do século XXI, é o que sobreviveu a lutas infindas, é o que demandou resistências impensáveis, é o que, ainda agora, demanda redes de proteção que, para existir, gritam por atenção e respeito. Uma talvez desejada *alma ancestral* do Brasil é apenas um mito a mais, circulando em meios otimistas e, por vezes, ingênuos.

O meu esforço, portanto, é o de ir a contrapelo do que já foi vivido, lendo as fontes na contramão de seus modos de endereçamento originais, buscando tornar visível o que se desejou, por tanto tempo, aniquilar. É um esforço atravessado pelo desejo de uma denúncia e de um agendamento *outro* em relação ao pensamento hegemônico: quer-se operar, aqui, no âmbito de uma valorização intencional de práticas que, de acordo com o olhar do colonizador, eram (e são) abjetas, irracionais, equivocadas, anti-civilizatórias.

A racionalidade utilitária e voltada para a conversão de tudo do real em mercadoria é o nosso avesso, o nosso antípoda; contra ela paramos uma racionalidade errática, diversa, aberta à multiplicidade, ao encantamento, à compreensão de que o mundo é mais interessante pelos seus mistérios do que pelas suas verdades matematicamente reveladas (as quais exercem o seu papel,

mas não deveriam ser tomadas como o oráculo pleno das verdades eternas e imutáveis).

O acesso aos materiais que compõem o corpus da pesquisa, é o que espero, pode contribuir para que circulem padrões não-hegemônicos acerca de uma experiência tão relevante quanto a do trabalho, nos fazendo mais sensíveis a organizações da vida que nos desloquem em relação a nós mesmos, num movimento que leva ao alargamento e à qualificação da experiência.

Os relatos a interpelar não são monolíticos. São textos em camadas, umas mais visíveis que outras, mas todas disputando espaço e atenção. Para eles se dirige um olhar interessado em saber o que se diz e o que se silencia - o que será possível mediante a leitura cruzada de seus enunciados e outros tantos, que emergem de outros textos.

O trabalho do historiador, enfim, é, também, o de deslocar ditos e não ditos, colocá-los em suspeição, fazer com que eles digam de si e de outras tantas coisas, numa interpelação que, se não busca a verdade última das experiências, certamente anseia pela fragilização do que, para muitos, é justamente aquela narrativa que se afirma pelo silenciamento das demais.

As fontes são documentos e são monumentos: são parte da paisagem imagética e, como tal, devem ser objeto de crítica, de desmantelamento, de uma abordagem irônica e nada cerimonial. Ao historiador, ao menos o que se deixou afetar pelas contribuições dos grandes debates inaugurados por Marx e Nietzsche (mesmo que eles tenham aberto caminhos próprios e quase nunca em diálogo) cabe pensar o mundo no seu tempo, ou seja, como uma obra *humana, demasiado humana*, logo,

susceptível ao redesenho, ao rearranjo, a novas configurações de sua imagem e de seu funcionamento.

Sem pretender compor uma revisão exaustiva sobre tais questões, o que levaria muito longe de si este texto, creio que cabe indicar que as posições indicadas acima devem, em muito, à frequência de certos debates teóricos havidos no Brasil nas últimas décadas, os quais alargaram e tornaram mais dinâmica a cena historiográfica (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007).

A Carta de Pero Vaz de Caminha

No presente texto, procuro realizar o programa de pesquisa sumariado acima em meio à leitura da Carta de Pero Vaz de Caminha. Aquele documento consiste, como se sabe, do registro escrito da expedição chefiada por Pedro Álvares Cabral, a qual entre outros feitos, é considerada responsável pelo *achamento*, pelos portugueses, do que hoje nomeamos como Brasil. A Carta de Caminha faz parte de um conjunto ampliado de textos, compostos por um grande número de cronistas e viajantes que acabaram por deixar para a posteridade, sob a forma de relatos, muitos dos empreendimentos exploratórios e colonizadores dos europeus na Idade Moderna (ASSUNÇÃO, 2000; ORLANDI, 1990).

Tendo em vista o propósito do estudo, deverei abrir mão de apresentar detalhes textuais e mesmo contextuais da Carta de Caminha, o que, de resto, encontra-se bem realizado em ampla bibliografia. É esperado, de um leitor mediano com formação acadêmica ou que dela se aproxime em algum grau, a compreensão do que se inscreve naquele texto, bem como a sua relação com a literatura de maravilhas que a modernidade herdou do medievo e com

a maquinaria colonial (TODOROV, 2010). Pouco ou nada eu teria a acrescentar nesse campo. Gostaria, apenas, de destacar o quanto aquele documento, material dotado de complexidade ampliada pelo conjunto de abordagens sobre ele praticado, ainda impregna o imaginário brasileiro acerca da nossa identidade nacional ou, ainda, acerca das sociabilidades e sensibilidades indígenas (ASSUNÇÃO, 2000).

Como é possível pensar, por exemplo, com o auxílio de Tzvetan Todorov (2010), a Carta de Caminha é mais um documento *moderno*, entre tantos outros que ajudaram a partir o mundo, ou, ao menos, as experiências sociais, entre o que é civilizado e o que é bárbaro, instalando-se desde aí uma hierarquia com consequências funestas. Os povos ameríndios, percebidos pelos colonizadores sob chaves simplistas e etnocêntricas, rapidamente ocuparam os espaços da barbárie aos olhos de quem se sentia civilizado, o que acabou por justificar violências ontem e hoje - e, ao que parece, amanhã.

A intolerância ali manifestada, cabe ressaltar, é um mal em si, mas ainda oferece mais riscos pelo fato de que a sua existência abre brechas no imaginário e nas sensibilidades, legitimando outras formas de sua operação, o resultado sendo uma dinâmica global de medos e de agressões permanentes de todos contra todos (ORLANDI, 1990; SÉMELIN, 2009).

Em muitos sentidos (ainda que até mesmo de forma irônica) é cabível acolher a ideia de que ali está uma espécie de *fundação* do país e do seu povo - o que é papel das ciências sociais e humanas, enfim, colocar em suspeição e problematizar (OLIVEIRA, 2020; ORLANDI, 1990). Uma *fundação*,

ainda devo lembrar, que atualiza, sempre que retomada, mitos de origem e hierarquias entre costumes, formas de relacionamento social e com o mundo material e, por fim, entre povos (GRESPLAN, 2021, p. 55-64).

O que pretendo deixar a seguir, conforme já indicado, são impressões e reflexões acerca de algumas passagens daquele documento, a partir de que eu me sinto autorizado a ponderar acerca das percepções de um *colonizador* quanto a experiências ameríndias do (não) trabalho.

As primeiras imagens registradas por Caminha, como não poderia deixar de ser, se referiram ao ambiente natural (THOMAS, 1988). A sensibilidade dos inícios da modernidade estava impregnada pela curiosidade e pelo espanto em relação aos espaços *outros* que estavam sendo *descobertos* e conquistados em meio às expedições que então se faziam pelo mundo. Os mares explorados e as *terras novas* que acabavam por ser encontradas se articulavam com imagens várias em circulação por entre livros, canções, prédicas, afrescos, modos tantos de fazer presentes coisas vistas e coisas sonhadas.

Ali se atualizavam sentimentos muitas vezes confusos, paixões e medos que não se explicavam facilmente - e que, quando tudo isso se embaralhava, o resultado era inesperado, algo atravessado por curiosidade, por emoção, por repulsão, por horror. Em síntese, abria-se aos olhos dos sujeitos daquelas histórias um quadro humano e natural (a cisão entre ambos, inclusive, era reinventada e experimentada de formas novas, naqueles instantes) que parecia exigir explicações, decifrações, traduções (ASSUNÇÃO, 2000).

Assim, Caminha, como os seus companheiros de viagem, esperavam ver maravilhas, e elas eram vistas, vez que, no seu momento e no seu entorno estava em curso uma espécie de reorganização do seu *mundo mental*, ou seja, do seu arquivo mais elementar quanto à terra, às águas, aos animais, às plantas e, enfim, “daquilo que elas pensavam sobre si mesmas” (THOMAS, 1988, p. 19).

No entanto, ainda em meio à visão de montanhas e manchas verdes que tomaram a paisagem antes apenas saturada de mares, não demorou para que fossem avistados “homens que andavam pela praia, uns sete ou oito”. E, tão logo os marinheiros desembarcaram, “acudiram pela praia homens em grupos de dois, três, de maneira que, ao chegar o batel à boca do rio, já estavam ali dezoito ou vinte homens.” Naqueles momentos, que hoje, à distância, entendemos ser experiências iniciais, tudo era estranho e em muito suscitava registros. Além de ser este o papel de Caminha, o real à sua frente se impunha e exigia ser anotado, ser transformado em informação (a ser levada ao Rei) e, enfim, perenizado. (p. 88)

Uma imagem foi capturada desde logo por Caminha, na medida em que se tratava de algo desafiador para os seus valores e costumes, e sua anotação tornou-se famosa, até hoje. Os encontrados eram pardos, o que não espantava tanto, talvez; mas estavam “todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse as vergonhas.” Isso foi retomado por várias vezes, ao longo do relato, vez que os corpos que eram objeto do olhar curioso dos portugueses estavam, sempre, naqueles primeiros encontros, absolutamente nus. Os marinheiros, mesmo cansados e marcados pela viagem e pelos seus

desafios e, ainda, pelo sol inclemente dos trópicos, protegiam-se sob panos vários e, não parece exagero, não entendiam aquela nudez sem mediações. (p. 88)

Não só a nudez atraía a atenção, enfim. Os homens da praia tinham em suas mãos “arcos e setas” (e isso se dará sempre, e nunca faltará o registro por Caminha) e os seus corpos estavam rígidos na presença dos que chegavam. Houve um pedido para que eles colocassem as armas no chão, o que foi atendido. Um pedido por sinais, que não houve sucesso em outra forma de comunicação, até por conta, diz Caminha, do “grande estrondo das ondas que quebravam na praia.” Deu-se uma troca de objetos, Nicolau Coelho entregando aos homens da terra um barrete, uma carapuça e um sombreiro, deles recebendo um colar de contas brancas e miúdas, que foi enviado ao Rei. (p. 88)

Os contatos seguintes seguiram, bem ou mal, o padrão do primeiro, com variações no ambiente (os portugueses se deslocavam seguindo a costa) e na quantidade de homens que os vinham observar ou recepcionar. Quando, de súbito, dois deles foram trazidos a uma nau, foi possível aos portugueses um exame mais minucioso daquelas pessoas que pareciam tão diversas do comum e conhecido. Uma das situações marcantes, aliás já referidas por ampla bibliografia, dá conta de que os homens da terra apontavam para objetos do navio ou dos marinheiros e, em seguida, apontavam para a terra. Os homens do navio imaginavam que ali estava a mensagem de que, em terra, havia ouro e prata; o próprio Caminha diz e desdiz isso, crendo e não crendo na interpretação fácil. (p. 89-92)

De todo modo, em meio aos contatos que se foram fazendo nos dias seguintes, tornou-se comum que os homens da terra executassem uma ou outra ação favorável aos homens dos navios (por exemplo, trazendo-lhes água), em seguida lhes pedindo algo em troca. Hoje, com as informações e utensílios mentais (como diria Lucien Febvre) de que dispomos, não parece absurdo que os europeus tenham lido aquilo como se os homens da terra estivessem praticando uma espécie rudimentar de troca comercial. Afinal, a curiosidade transformada em uma permuta de objetos, ainda que sob uma escala que parecia incompreensível aos marinheiros (que pensavam em termos de valores monetários e, portanto, estranhavam que os homens da terra se satisfizessem, nas trocas, “por qualquer coisa”), não era passível de interpretação, para aqueles aventureiros, em outros termos. (p. 99)

Quando as experiências vividas pelas praias se aquietaram e os homens do mar entenderam de adentrar, por pouco que fosse, o território, muitas das suas curiosidades foram, ao menos, amainadas. Uma delas estava ligada às moradas dos homens da terra. Até então nada lhes havia permitido entender sobre o tema. Quando, após caminharem mais ou menos léguas e meia, encontraram “uma povoação composta de nove ou dez casas”, todas compridas ao ponto de parecerem a nau capitânia da armada de Cabral, houve certa surpresa. As casas, habitadas por trinta ou quarenta pessoas, eram “de razoável altura, de boas madeiras as ilhargas e cobertas de palhas”, havendo uma porta em cada ponta do grande vão. O espaço interno, um único cômodo, tinha “muitos esteios internos; e de esteio em esteio estava uma rede, atada com cabos em cada esteio, altas, em que dormiam”. Embaixo das redes, fogos

para aquecer a pessoa que ali se deitava. (p. 104)

Caminha registrou, em meio às suas anotações sobre as casas, que os homens da terra, no interior daquelas moradas, comiam “inhame e outras sementes que na terra há”. (p. 104) Disso ele trata em diferentes momentos do seu texto, numa insistência que talvez esteja ligada à sua incompreensão em face da ausência, pelo menos no que lhe foi possível perceber, de uma agricultura ou de uma pecuária organizadas. Os homens da terra comiam o que capturavam, dependendo da oferta da terra; a um homem oriundo de uma experiência social na qual o cultivo sistemático da terra e a igualmente organizada exploração dos animais (criados ou caçados), aquela nova realidade era algo impensável.

Ainda que Caminha operasse no âmbito de uma mentalidade que acolhia a ideia de que natureza era obra divina, ele a sabia igualmente uma oferta de Deus à ação, ou seja, ao trabalho humano (ASSUNÇÃO, 2000). Parecia que os homens daquela terra recém achada desprezavam as possibilidades do trabalho árduo e meticuloso que caracterizava a vida dos filhos de Deus, na qual o suor do rosto temperava o alimento (THOMAS, 1988). Daí para a consideração de que havia algo de pecaminoso naquele modo de existir seria um caminho breve, como, aliás, muitos dos que vieram após Caminha souberam defender.

Abriu-se ali, e muito do que viria a ser escrito depois confirmaria essa posição, um território natural, mental e societal que se mostrava poroso à entrada em cena da civilização, especialmente pela via da catequese. Caberia aos missionários, que chegariam em breve, ajudar a salvar aqueles povos, inclusive lhes ensinando a suar pelo mundo, em

busca da sobrevivência digna que se alcançaria mediante o esforço, através do trabalho. Caminha, inclusive, reitera isso seguidamente: o Rei precisava cuidar da salvação daqueles ingênuos, tornando-lhes possível o conhecimento da Fé e a obediência à Lei, fosse a dos homens ou a de Deus, visto que ambas se embaralhavam (ASSUNÇÃO, 2000).

Por outro lado, como já foi mencionado, pouco antes, em muitas ocasiões os homens da terra se aproximaram dos visitantes e lhes ajudaram, por exemplo, cortando e transportando lenha (“na maior quantidade que podiam, com muito boa vontade”, como está dito na página 107 do relato de Caminha), trazendo água para os barcos e tentando ajudar os carpinteiros. Caminha registra, e isso é de especial interesse para o que aqui se estuda, que os homens da terra, inclusive, procuraram a todo instante uma interação tão intensa que já estorvavam o trabalho ali empreendido. Ao que parece, eles não entendiam a necessidade, tão cara aos trabalhadores europeus, da disciplina, da concentração, do gasto contido da energia em uma atividade que se praticava tendo em vista um fim preciso e de demanda imediata. (p. 105)

As atividades dos portugueses eram, para esses, habituais. O seu mundo de origem já caminhava, apressado, para que se naturalizasse a conversão da capacidade de transformar o real (algo comum às pessoas) em mercadoria, num gesto em meio ao qual se acolhia sem maiores estranhamentos a produção de riqueza pela força de trabalho humana e a apropriação dessa riqueza por outros, que não os trabalhadores (COGGIOLA, 2021).

Os marinheiros já sabiam, sem pensar muito nisso, que suas atividades eram necessárias para a manutenção dos barcos e, por conseguinte, para o bom

desenrolar das viagens. Os marinheiros buscavam madeira para consertar eventuais danos nas embarcações, armazenavam água e víveres, capturavam uma ou outra curiosidade, para seu deleite ou para enviar as novidades ao Rei. Tudo aquilo fazia parte do seu trabalho, da sua razão de ser no mundo.

Naqueles encontros anotados por Caminha, os laboriosos marinheiros estavam sob observação dos homens da terra e, em muitos momentos, obtinham alguma colaboração deles. Mas os homens da terra estavam, é o que se pode depreender dos relatos de Caminha (e o exame de outros textos, contemporâneos àquele, confirmam essa leitura), tomando parte numa ação que lhes parecia estranha e episódica. Não estavam *trabalhando*, ou seja, não estavam fazendo isso ou aquilo em função de uma necessidade da sua vida, ou por conta de sua vinculação a algum regime produtivo. Muito ao contrário, eles se dispunham a certos gestos sem o compromisso da constância ou sem o desejo manifesto de aprender aquilo para, depois, repetir as ações no seu cotidiano.

Os homens da terra, Caminha percebeu isso de alguma forma, e não aceitou o que a circunstância lhe mostrava, não se espelhavam nos homens do mar. Eles não desejavam se submeter aos seus índices de humanidade ou de civilização, visto que os seus próprios modos de subjetivar e de se relacionar lhes eram suficientes. Não lhes cabia ceder ao ponto de uma submissão a modelos outros, apenas porque estes se escondiam sob as máscaras da universalidade ou, mesmo, da *naturalidade*. Igualmente, os modos de ser e de existir dos homens da terra eram incompreensíveis para Caminha e seus companheiros de viagem; os que

chegavam, naquele momento, não conseguiam (todos temos limites, ainda que nem todos nos sintamos no direito de destruir aqueles que os experimentam de forma diversa da nossa) entender como o homem da terra era “alguém que valoriza[va] a vida como tal, por si mesma, sem subordiná-la a qualquer outra coisa”, como, por exemplo, o trabalho ou a mercadoria (PAVÓN-CUÉLLAR, 2022, p. 138).

Em outras palavras, em cada uma daquelas situações havia dois grupos humanos dividindo o mesmo espaço e, de certa forma, partilhando uma ação - mas ambos tinham motivos distintos para estar ali e suas ações tinham desdobramentos materiais e simbólicos muito distintos (SEED, 1999). Para levar às últimas consequências uma expressão muito repetida por Caminha, parece que os homens da terra estavam *folgando* com aqueles seres estranhos que chegavam das águas. Eles estavam tomando parte em atividades curiosas e um tanto impressionantes, um tanto desprovidas de sentido, e nada mais. Isso os fazia diferir, uns em relação aos outros, o que, depois, levaria a tragédias das quais ainda não nos distanciamos e levaremos muito tempo para que possamos estar recuperados delas. Se é que um dia isso ocorrerá.

Afinal, Caminha atentou para isso com um cuidado que, se não houvesse, em muito nos surpreenderia, os homens da terra “não lavram nem criam”. Não havia, sob os olhos dos portugueses, nenhum “animal que esteja acostumado ao convívio com o homem”. A comida não parecia ser fruto de esforço maior do que a coleta, vez que o inhame era dádiva da terra, do mesmo modo que as sementes e frutos eram oferta da terra e das árvores (ASSUNÇÃO, 2000, p. 197-211). E isso não os enfraquecia; ao contrário, os homens da terra “andam

tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos”. (p. 109)

Haviam encontrado uma terra, enfim, vasta, promissora, cheia de águas, ventos e matas, ainda que avara em mostrar algum metal dos cobiçados por aqueles navegantes cúpidos (ASSUNÇÃO, 2000). Uma terra cheia de homens a catequizar, a transformar em homens de Deus. (p. 112-113) Uma terra que, nos termos de então, pertencia aos que nela chegavam naquele momento – os quais tinham o direito sagrado (ao seu ver) de praticar a sua ocupação e a sua exploração (SEED, 1999).

E, como se verá em pouco tempo após aqueles primeiros contatos, logo isso começou, especialmente a partir da transformação dos homens da terra em peças úteis na maquinaria faminta de riquezas que acabou por ser a colonização, em meio a tentativas intensas e quase sempre violentas de apagamento de suas memórias, de seus mitos, de seu saber-viver e saber-fazer. Tentativas que levaram a muitas mortes, de corpos e de sonhos, mas que não foram suficientes, felizmente, para apagar tudo quanto desejariam ver devastado (CUNHA, 2023).

Mas isso, sendo a mesma história, são outras histórias.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: EDUSC, 2007.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **A terra dos brasis**. A natureza da América portuguesa vista pelos

primeiros jesuítas (1549-1596). São Paulo: Annablume, 2000.

BOLTANSKI, KLuc & CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CASTRO, Silvio. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Porto Alegre: L&PM, 2023.

COGGIOLA, Osvaldo. **Teoria econômica marxista: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CUNHA, Inácio. **Mito cosmogônico tupinambá**. À luz da psicologia analítica junguiana. São Paulo: Paulus, 2023.

GRESPLAN, Jorge. **Marx: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2021.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2023.

OLIVEIRA, Humbertho. (org.) **Morte e renascimento da ancestralidade indígena na alma brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2020.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. **Além da psicologia indígena**. Concepções mesoamericanas da subjetividade. São Paulo: Perspectiva, 2022.

SEED, Patricia. **Cerimônias de posse na conquista européia do Novo Mundo. (1492-1640)** São Paulo: Ed. UNESP, 1999 (UNESP / Cambridge).

SÉMELIN, Jacques. **Purificar e destruir**. Usos políticos dos massacres e dos genocídios. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. Mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações**. Petrópolis: Vozes, 2010.

VÁRIOS. Brasil dos Viajantes (Dossiê temático): REVISTA USP (30), 1996.

Recebido em 2025-03-06
Publicado em 2025-09-27